



ensa

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e autor de, entre outros, *Conciliação, Neoliberalismo e Educação* (Annablume).

FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA



A universidade em tempos de conciliação autoritária

Ao cabo de 70 anos de trajetória universitária, o que devemos esperar de uma comparação entre os objetivos iniciais da Universidade de São Paulo, proclamados na fundação, e o que ela efetivamente se tornou não é algo da ordem de um *balanço*, ou seja, a resultante de uma relação entre o *previsto* e o *realizado*, mas a compreensão crítica de um desenvolvimento histórico desde o início marcado por contradições (1). O propósito deste texto é muito modesto: pretendemos indicar alguns aspectos históricos e estruturais de uma tensão constitutiva considerada tanto no interior da Universidade quanto na relação entre a instituição e o seu contexto social e político, e apontar para a coincidência histórica entre o processo de recalque das contradições e o movimento de dissolução da Universidade como instituição política atuante no espaço público.

A que veio a USP? Em grande parte, para reagir ao “padrão brasileiro de escola superior” descrito por Florestan Fernandes.

“A escola superior brasileira constituiu-se como uma escola de *elites* culturais, ralas, e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social de) explorar o ensino superior em direções muito limitadas. Como a massa de conhecimentos procedia do exterior e a sociedade só valorizava a formação de profissionais liberais, a escola superior tornou-se uma escola de *elites* de ensino magistral e unifuncional: cabia-lhe ser uma escola de transmissão dogmática de conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional, valorizadas social, econômica e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental” (2).

1 Essas contradições estão exaustivamente examinadas no estudo clássico de Irene Cardoso, *A Universidade da Comunhão Paulista [O Projeto de Criação da Universidade de São Paulo]*, São Paulo, Cortez, 1982.

2 Florestan Fernandes, *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975, pp. 51-2.

Desde o império até o início dos anos 30 prevaleceu o que se pode chamar de *bacharelismo*: o diploma superior como marca característica das elites e como instrumento formal de reprodução da estrutura de poder. A única função do saber era a de aparecer como símbolo do poder. Nesse sentido, o conhecimento não era efetivamente valorizado em si mesmo, sendo sua aquisição apenas um requisito para a confirmação de uma espécie de direito natural ao poder nos indivíduos da classe dominante. Como o exercício do poder dependia da origem estamental e não de méritos intelectuais, a escola superior não podia ser mais do que um ritual de passagem a que deviam se submeter os herdeiros das elites. A esse desprezo pela verdadeira formação intelectual correspondia o papel político-instrumental da preparação profissional: as “grandes escolas” não precisavam se preocupar com uma atividade educacional criadora, expansiva ou aprofundada, pois o diploma do profissional liberal era menos um atestado de sua capacidade do que um passaporte para usufruir a parcela de poder que lhe cabia e os benefícios daí decorrentes. Toda a educação superior se pautava assim pela orientação ritualística, e o interesse intelectual, quando surgia, somente podia ser atendido pelas oportunidades de vida inteligente ocasionalmente encontradas fora da escola. Com isso se mantinha a correspondência entre uma educação paralisante em relação a qualquer iniciativa crítica e uma sociedade governada por padrões oligárquicos de hierarquia. Daí o dogmatismo e a unifuncionalidade mencionados por Florestan Fernandes: ambos estavam a serviço de um ideário ultraconservador.

Ora, o excesso de conservadorismo limita as possibilidades de progresso. Foi este diagnóstico, efetuado principalmente por liberais ilustrados paulistas, que colocou em xeque o perfil oligárquico da estrutura de poder e detectou a ausência de um projeto educacional sintonizado com o republicanismo e a modernidade, capaz de introduzir o país no ritmo do capitalismo industrial e fazê-lo participar efetivamente do

progresso político e econômico. Para tanto seria preciso que o Brasil alcançasse, ainda que com cerca de dois séculos de atraso, o estágio do esclarecimento. Ou seja, seria preciso formar uma elite intelectual capaz de formular projetos positivamente racionais de adaptação do país à modernidade, indivíduos devidamente instruídos e instrumentados para transfigurar os interesses de classe em interesse geral. A complexidade dos problemas estava a exigir da educação superior bem mais do que a função de ornamento social do oligarca; este teria que ceder lugar a um novo mandarim, pedagogicamente talhado para a função de coordenar a estabilidade de uma sociedade que já não podia ocultar seus conflitos; alguém que não apenas os sufocasse por via de suas prerrogativas de classe, mas que os administrasse por via do uso político-instrumental da razão.

Dessa maneira se teria contraposto à velha escola superior a nova idéia de universidade, a qual, no entanto, não se sobrepôs à realidade consolidada, porque a “idéia de universidade foi, de fato, adulterada. O que se chamou de ‘universidade’ não tinha substância própria, nem ao nível estrutural-funcional, nem ao nível histórico. Era uma mera conglomeração de escolas superiores e um recurso para preservá-las, fortalecê-las e difundi-las, com suas magras virtudes e com seus incontáveis defeitos” (3). Como que para mostrar, se preciso fosse, que as transformações em educação não se podem completar sem alterações significativas na sociedade, o embate entre a concepção avançada de universidade e o perfil conservador da escola superior acabou por resultar numa subordinação do moderno ao arcaico, que nem mesmo produziu um híbrido, já que as escolas superiores souberam manter-se francamente dominantes e fazer da mudança um meio de continuarem tais e quais, em termos de hegemonia, prestígio e, principalmente, poder. Três tentativas ilustram o que teria sido esse fracasso de uma nova idéia de universidade.

A Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935 e incorporada à Univer-

3 Idem, *ibidem*, p. 56.

sidade do Brasil em 1939, teria sido o caso mais rápido de liquidação da nova idéia. No discurso de posse como reitor, Anísio Teixeira deixa muito claro o propósito educacional da nova instituição, sem poupar críticas acerbas ao sistema vigente: “Esse país é o país dos diplomas universitários honoríficos, é o país que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada, que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego” (4). Ao reivindicar uma relação viva entre universidade e cultura, o objetivo político de Anísio Teixeira é a postulação da autonomia como condição do trabalho universitário autêntico. Contrapunha-se assim a uma dupla submissão: em primeiro lugar a das escolas superiores à valoração social das profissões, mormente aquelas prestigiadas à época e que correspondiam aos cursos das grandes escolas de direito, de medicina e de engenharia. Nesse sentido a crítica antecipa algo das considerações de Florestan Fernandes acerca do serviço que as escolas profissionais superiores prestavam às classes dominantes. Em segundo lugar, combatia também a idéia de que o ensino superior teria única e exclusivamente finalidades tão-somente utilitárias, o que ele chamava de *praticismo*, e que no limite se reduzia a uma especialização técnica acrescida à alfabetização e ao lustro superficial do pseudoletrado. Opunha-se, assim, a dois aspectos do mesmo reducionismo, por trás do qual via, bem em consonância com os tempos, a estratégia de tolher a liberdade de ensino e pesquisa. A heteronomia intrínseca da escola profissional e o dirigismo sociocultural do ensino superior eram finalmente reveladores de um esforço para manter a educação superior atrelada aos interesses das classes dominantes. A definição dada por Anísio Teixeira da Universidade do Distrito Federal não deixa dúvidas quanto à fidelidade à “nova idéia”.

“É uma universidade cujas escolas visam o preparo do quadro intelectual do país, que até hoje se tem formado ao sabor do mais

abandonado e do mais precário autodidatismo. Uma escola de educação, uma escola de ciência, uma escola de filosofia e letras, uma escola de economia e direito e um instituto de artes, com objetivos desinteressados de cultura não podem ser demais no país, como não podem ser demais na metrópole desse país” (5).

O que ressalta “na nova idéia” é o *desinteresse* que deve caracterizar os *objetivos* atinentes à cultura. Ou seja, a universidade nasce com um compromisso tanto mais forte quanto mais desvinculado dos *interesses* imediatos do profissionalismo e do bacharelismo. Esse compromisso com a cultura é, na verdade, intrinsecamente político, embora distante da estrita instrumentalidade que vincula a educação à hegemonia política das elites. “A universidade socializa a cultura socializando os meios de adquiri-la” (6). Não se enganavam os opositores à nova instituição: a vinculação crítica entre vida, cultura e liberdade é potencialmente transformadora, e a circulação institucional de idéias constitui um meio de democratização do conhecimento.

A outra tentativa – e o outro fracasso – é a Universidade de Brasília, no entender de alguns estudiosos a experiência mais relevante no que concerne à criação de uma universidade verdadeiramente nova. Mas também nesse caso os pressupostos objetivos foram, de alguma maneira, incontornáveis desde o princípio. “Todavia, ela mesma [a UnB], apesar de tudo, teve que compactuar com o passado. Conferiu uma posição de relevo às escolas profissionais; e desenvolveu uma ampla composição estratégica, de conseqüências funcionais, com as representações, os valores e certos expoentes humanos do antigo ensino superior pré-universitário” (7). Ainda assim não houve tempo e condições para que a nova experiência viesse a revelar seus resultados, pois o golpe de 64 interrompeu o seu curso e as subseqüentes reformas descaracterizaram totalmente o perfil funcional e acadêmico idealizado pelos fundadores.

Finalmente, a Universidade de São Paulo, organizada em torno da Faculdade de

4 Anísio Teixeira, “A Função das Universidades”, in Anísio Teixeira, *A Universidade de Ontem e de Hoje*, Rio de Janeiro, UERJ, 1998, pp. 91-2.

5 Idem, *ibidem*, p. 92.

6 Idem, *ibidem*, p. 99.

7 Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 57.

Filosofia, Ciências e Letras como seu núcleo irradiador, suscitou de imediato a mais ampla resistência, sobretudo internamente, o que fez com que à centralidade acadêmica da Faculdade de Filosofia jamais correspondesse uma posição de poder que lhe permitisse desenvolver completamente o seu projeto de formação. A estratégia das grandes escolas profissionais foi a de manter a universidade como um conglomerado, com um mínimo de integração funcional, conservando o poder por via de alianças ocasionais reiteradas de forma imediatista e cortando sempre pela raiz qualquer tentativa de discussão de um projeto político-acadêmico. Isso se fez – e se faz – pela ocupação sistemática dos espaços de discussão e de decisão, seja diretamente pelos representantes das grandes escolas, seja, em épocas mais recentes, pelos seus prepostos oriundos dos institutos surgidos após a reforma, ou mesmo por integrantes das áreas de humanas, submissos ou solidários à hegemonia vigente. Nesse sentido, o processo de isolamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi relativamente rápido e eficaz o bastante para neutralizá-la como foco de inovação e de disseminação do espírito crítico, a tal ponto que, com o passar do tempo, a identidade da escola acabou tornando-se um problema para ela mesma.

“Aos poucos, a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, largada a suas funções especializadas, acabou sendo parcialmente condicionada pelos requisitos estruturais e dinâmicos do padrão brasileiro de escola superior. Ela mesma uma universidade em miniatura, converteu-se numa típica ‘escola superior-problema’ atacada de gigantismo. Apesar da colaboração maciça de professores estrangeiros de altíssimo nível, apesar dos esforços incansáveis dos seus jovens professores brasileiros [...] ela não conseguiu escapar nem à tirania do meio ambiente nem à submissão desastrosa a um padrão de integração estrutural arcaico” (8).

A Universidade de São Paulo, principalmente por via da Faculdade de Filoso-

fia, Ciências e Letras, teve de lidar com dois passados. Primeiramente a herança das grandes escolas profissionais, que foram formalmente incorporadas à Universidade mas que nunca incorporaram a “nova idéia” universitária; pelo contrário, serviram-se da nova estrutura para realizar de modo mais proveitoso seus interesses próprios. Nesse sentido, o isolamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deve-se a ter sido ela a única escola verdadeiramente gerada pela idéia de universidade. Em segundo lugar está a herança das intenções fundadoras – basicamente o propósito de preparar elites para o exercício esclarecido do poder. A USP nasceu de um projeto educacional forçosamente crítico em relação à tradição oligárquica, mas que era também um projeto de substituição das antigas elites por algo próximo a uma ideologia iluminista operante na escala da cultura local. Ora, o desenvolvimento da criatura deveria contrariar os propósitos de seu nascimento e da sua criação, pois não se pode ao mesmo tempo cultivar a crítica e subsidiar intelectualmente um projeto de poder. Há uma contradição inscrita no próprio projeto fundador, que se explicitaria pouco depois. Os fundadores colocaram-se contra a relatividade mesquinha dos valores oligárquicos, imediatistas e utilitaristas, em nome de valores “absolutos” e “eternos” da liberdade e da razão. Mas o realismo político logo justificou o casamento da democracia com o autoritarismo, a pretexto de defender a liberdade contra o totalitarismo comunista (9). Assim, o espírito crítico teria que se expressar numa cruzada em defesa da fé liberal, aí incluídas as medidas de força necessárias à preservação da “razão” e da “liberdade”. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras viu-se então na contingência de ter de constituir o seu presente ao mesmo tempo *contra* o passado oligárquico e contra as origens liberais. Essas duas linhas de oposição ao passado nunca convergiram para um projeto de futuro – e a consequência disso é a indefinição do presente.

Por isso também se pode dizer que, em cada presente contraditoriamente constituí-

8 Idem, *ibidem*, pp. 56-7.

9 Cf. Irene Cardoso, *op. cit.*, em especial o capítulo 5.

do, a USP esteve dentro e fora de seu tempo (10), refletindo-o e recusando-o, como uma testemunha que quisesse ser simultaneamente a negação viva dos eventos a que assistia e dos quais participava. Esse potencial negador intrínseco ao espírito crítico exerceu-se principalmente na Faculdade de Filosofia, que assim fazia manifestar-se a contradição, e certamente foi essa a causa de ter sido ela repudiada pelo conjunto da Universidade que, curvando-se às injunções conservadoras, deixava transparecer uma conciliação que na verdade representava apenas os vários lances do jogo de interesses que ocorria nas instâncias de poder.

As dificuldades derivadas dessa constituição contraditória do presente, à qual se acrescia naturalmente a obscuridade do futuro, incidiram de forma contundente na identidade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e repercutiram também no perfil da Universidade. A Reforma Universitária que separou os cursos básicos de ciências exatas e naturais dos cursos de letras e ciências humanas, permitindo que os primeiros se constituíssem como institutos autônomos, apenas representou o desfecho de um processo que já vinha de algum tempo. Numa época em que as ciências já se desenvolviam, nos países centrais, em organizações de pesquisa fortemente especializadas e completamente fechadas sobre si mesmas, financiadas pelo complexo industrial-militar em franca expansão, não seriam necessários olhos de águia para perceber que esse modelo, fatalmente imposto, era incompatível com a permanência das ciências empírico-formais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os parceiros científicos previram, mesmo numa época em que a evolução da tecnologia não era tão acelerada, que nada atenderia menos aos seus interesses do que compartilhar o destino da Faculdade. Para isso também contribuiu, certamente, o que se pôde vislumbrar a partir das pressões dos Estados Unidos e dos organismos internacionais no sentido de uma reorganização educacional que favorecesse as novas condições do capitalismo na América Latina, principalmente em termos de progresso

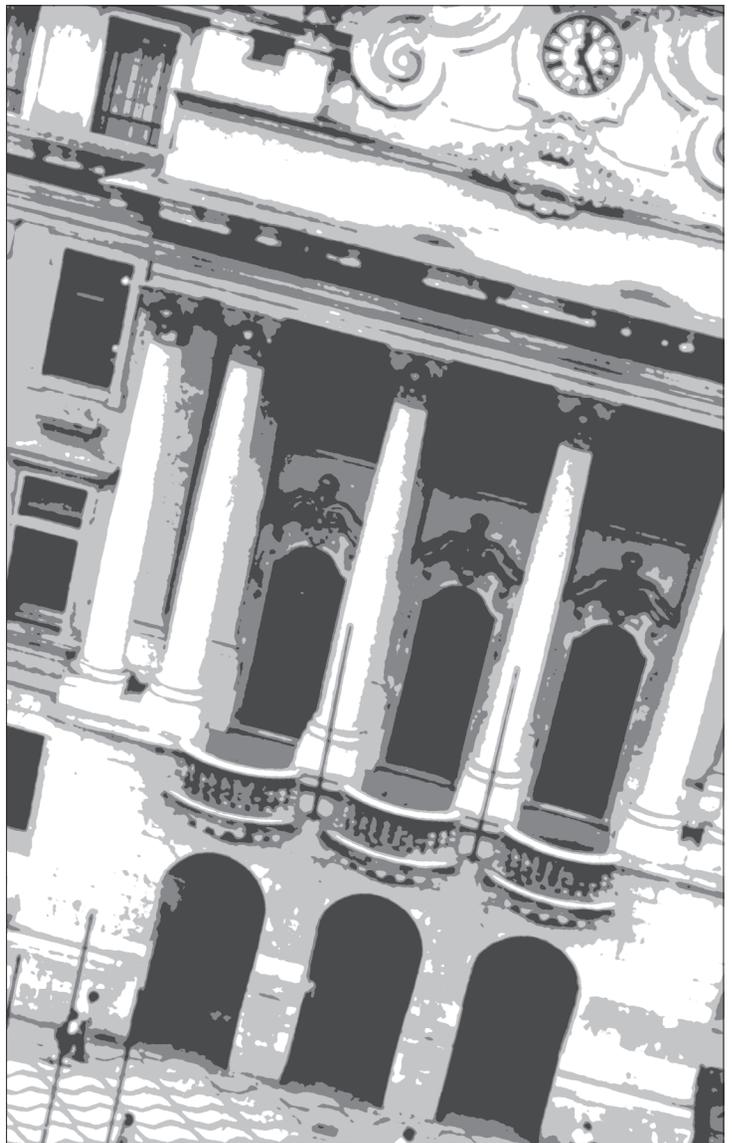


Foto: Arquivo CCS/Argus

técnico-industrial controlado. Já era suficientemente clara a condição cada vez mais subalterna que as humanidades passariam a ocupar no futuro próximo.

É nesse sentido de adaptação às novas exigências decorrentes das mudanças na dinâmica do gerenciamento econômico-político que deve ser pensada a questão da reforma universitária, tanto no que concerne às modificações em nível federal quanto aquelas que ocorreram na Universidade de São Paulo. Não é o caso de nos estendermos aqui sobre isso (11). Fiquemos apenas com a definição política dada por Florestan Fernandes: “reforma consentida”, porque isso nos permite visão um pouco mais abrangente. Com efeito, não se trata ape-

10 Idem, “Texto de Apresentação da Universidade de São Paulo”, in *Catálogo da Universidade de São Paulo*, São Paulo, Edusp, 1996.

11 Análises amplas e lúcidas sobre a questão encontram-se em Florestan Fernandes, *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*, op. cit., especialmente os capítulos 3, 6, 7 e 8.

nas de classificar de inócuas as alterações propostas e efetivadas, sob o pretexto de que o regime autoritário não podia permitir que se fosse até o fundo das questões, restando assim uma certa cumplicidade de fato entre a ditadura e a universidade, com o irremediável comprometimento de qualquer tentativa de reforma. Pelo contrário, a universidade queria a reforma e a via como algo necessário para dar continuidade ao cumprimento de sua tarefa. Ainda mais, dentre as modificações sugeridas, sobretudo no Relatório Ferri, várias vão ao encontro de aspirações nascidas de reflexões e discussões internas à instituição, como é o caso da extinção da cátedra. Assim, resultados de teor progressista puderam ser obtidos num contexto político marcado por extremo autoritarismo. O que explica essa contradição em última instância é o seu próprio ocultamento. Os proponentes da reforma, no caso da USP, não quiseram ou não puderam valer-se da oportunidade para reavaliar o impulso inicial da Universidade para verificar que tipo de incidência os quase 30 anos de dinâmica histórica tiveram no projeto inicial, de que maneira aprofundaram as ambigüidades ou que elementos dessas contradições teriam sido sufocados ou anulados. As pressões políticas internas e externas, bem como a necessidade de atender necessidades imediatas, impediram que a reforma fosse uma ocasião para transformações mais profundas, que somente poderiam advir de uma reflexão efetiva e profundamente histórica sobre a Universidade. Em vez disso o relatório alinhava, a título de considerações gerais e introdutórias, um arremedo de síntese teórica e histórica de caráter vago e generalista, baseado num ecletismo espiritualista ultrapassado e vazado em jargão filosofante inteiramente vazio. É claro que isso não se deve apenas às idiosincrasias dos redatores ou ao desatamento da veia especulativa nos amantes do transcendental. Trata-se da tentativa de firmar a reforma universitária em bases a-históricas. Não devemos deixar que o caráter canhestro do empreendimento oculte o horizonte ideológico, porque a falta de um

projeto histórico intrínseco à reforma deve-se a essa concepção da universidade como um fim em si mesma e completamente desvinculada do ritmo das transformações sociais. A história não pode gerar demandas à universidade porque esta seria independente da história. Assim, pode-se “reformular” a universidade, o que em princípio é atender a uma demanda histórica, sem analisar historicamente a complexidade de sua inserção *autônoma* no cenário dos fatores *determinantes*.

Mas é possível, por outro lado, num aparente esforço de inserção histórica, fazer um uso instrumental da história para estabelecer valores que justifiquem determinados rumos para a universidade, os quais seriam garantidos por via da ocupação do poder pelos defensores de tais critérios. Foi o que ocorreu na USP no período de redemocratização do país. Desfeito o amplo arco de oposição ao regime autoritário, revelaram-se as tendências nascidas da introjeção de pressões modernizadoras exercidas pelo centro do capitalismo sobre a sua periferia. Como a universidade poderia *ajustar-se* às novas exigências de gerenciamento tecnológico e mercadológico do ensino e da pesquisa? Era preciso que esse ajustamento proviesse do interior da instituição, para criar a impressão de que a *adaptação* teria sido uma *opção* livre e racional. Ora, tecnociência e mercado não combinam com crítica política da universidade nem com posições éticas a respeito da produção e disseminação do conhecimento. Seria preciso portanto eliminar a dimensão ético-política da vida universitária, conferindo à instituição uma estrutura funcional capaz de absorver as diretrizes tecnocráticas que se vão tornando hegemônicas em todas as instâncias de organização da sociedade. Assim aparecem, como *exigências universitárias*, requisitos organizacionais de eficácia produtiva, erigindo-se o modelo da qualidade empresarial privada como o único a ser seguido pela instituição pública. Para obter esse resultado é preciso que haja um desmonte político da vida universitária, que a comunidade intelectual passe a observar como

única regra de convivência o preceito liberal de competitividade máxima e que as estruturas de poder se definam, ao mesmo tempo, por fortes mecanismos de controle e por fracos liames de representatividade, numa realização quase perfeita de democracia formal. A hierarquia meritocrática estabelece então o jogo das exclusões: “Nos anos 80, eis que o relatório GERES coloca em pauta a oposição ‘universidade alinhada/universidade do conhecimento’, universidade politizada e comprometida com as forças populares’ contraposta ao ‘projeto modernizante, baseado em paradigmas do desempenho acadêmico e científico’” (12). O citado relatório está em perfeita consonância com manifestações de vários docentes da USP. Pode-se na verdade falar de uma campanha organizada, com a publicação de artigos na imprensa, aos quais faziam eco editoriais dos grandes jornais, alertando para o perigo da “politização” da universidade. O contexto mostra com clareza que a “defesa da qualidade”, o repúdio à “mediocridade” e ao “populismo”, a exaltação da “competência”, etc. inscrevem-se já numa trajetória de despolitização, que veio a se tornar um projeto explícito para toda a universidade brasileira nos anos do governo FHC.

O curioso é que essa modernização politicamente regressiva era apregoada em nome da fidelidade da universidade às transformações históricas, operando assim uma confusão, certamente deliberada, entre inserção histórica e adaptação à conjuntura. Ademais, esse esforço de despolitização acontecia logo depois da redemocratização, a qual, esperava-se, deveria ensejar uma ampla oportunidade de discussão democrática na universidade, que pudesse chegar mesmo a constituir-se como uma refundação institucional. Tal não aconteceu porque a implementação de um projeto tecnoburocrático de universidade organizacional, em ritmo acelerado, ultrapassou definitivamente qualquer possibilidade de reorganização política do espaço público acadêmico. A dissolução do espaço público universitário faz medrar um autoritarismo que nem sempre é reconhecido como tal por-

que não se contrapõe a uma efetiva vontade política de democratização. A conseqüência, no limite, é aquela que vivemos hoje: considerar como inócua qualquer posição *oposicionista*, assimilando-a a uma pura e simples transgressão gratuita, como se a *crítica* que, não obstante todas as contradições de seu exercício, foi o princípio formador da USP, não passasse de uma doença infantil da qual nos curamos na maturidade, e na qual jamais voltaremos a recair.

Essa estigmatização da tradição crítica explica não apenas a omissão institucional na discussão das questões cruciais, ou a opção pelas soluções técnicas como forma de contornar as contradições fundamentais, como também a ausência de uma discussão *radical* acerca da universidade. A crítica somente abalará princípios estabelecidos se ela mesma estiver profundamente enraizada no seu próprio princípio, que é a liberdade, garantia da firmeza do espírito crítico e do alcance do exame. Nesse sentido é a perda de princípios radicais que impede a crítica conseqüente dos princípios superficiais e oscilantes que pululam no discurso tecnocrático dos gestores da modernização. Não somos mais capazes de uma crítica radical da universidade porque perdemos de vista o seu princípio, na unidade múltipla e convergente das dimensões cultural, política e institucional. Essa incapacidade é do mesmo gênero do comportamento reativo que manifestamos em relação ao tecnocratismo econômico vigente: não chegamos a nos opor verdadeiramente à tecnocracia economicista porque não agimos no sentido de deslocar o discurso tecnocrático para o terreno da discussão política. Aceitamos o jogo da competência dissimuladora e do pragmatismo propositivo quando evitamos *negar simplesmente* a transfiguração da unilateralidade do discurso tecnocrático em universalidade da razão. Estamos além da perda dos princípios; perdemos a capacidade de indagar sobre eles e de buscá-los.

“O princípio fundamental é hoje, em meio a tecno-superfícies sem densidade histórica, já irrecuperável para o saber. Neste sentido o fim da filosofia como pen-

12 Irene Cardoso, “A Universidade e o Poder”, in Irene Cardoso, *Para uma Crítica do Presente*, São Paulo, Editora 34, 2001, p. 48.

samento do fundamento último (ou pelo menos o fim das faculdades de filosofia como morada dessa reflexão) coincide com o fim da universidade em seu sentido moderno” (13). Se formularmos kantianamente a pergunta pela condição de possibilidade da universidade hoje, talvez não possamos ir muito além das justificações de fato, talvez tenhamos que abandonar a investigação do princípio. Há uma grande obscuridade no plano das condições institucionais, culturais e políticas da universidade, motivo pelo qual por vezes ela aparece como um ente que sobreviveu a si mesmo e que não tem mais razão de existir. Há alguma categoria ou algum quadro histórico a que possamos remeter a universidade? Como situá-la, por exemplo, diante da hegemonia do mercado? A crítica dessa hegemonia, em princípio, se faz em nome de valores universais que permitem julgar eventuais desequilíbrios históricos em que a atividade mercantil aparece como o fundamento das relações humanas. Para isso é preciso que a crítica se faça a partir de instâncias ainda não inteiramente submetidas à mercantilização e em que a *reflexão* ainda tenha condições de enfrentar a *reificação*. Até algum tempo atrás, esse era o espaço da universidade – e na medida mesma em que ela podia discutir internamente a contradição por que passava a própria educação: *formação* ou *aquisição* de bens educacionais? Exercício do espírito crítico ou treinamento de habilidades?

Acontece que na nossa época a hegemonia do mercado não aparece como desequilíbrio histórico, mas sim como realização da história. Nesse sentido já não se trata de hegemonia, mas de *universalização*. Ora, admitido o mercado como valor universal, no qual a educação se deve inserir (vide a sua consagração como *bem* e *serviço* pela OMC), já não há mais espaço em que a crítica se possa exercer a partir de outro valor. Daí qualquer contestação aparecer como algo doentio ou exótico. Isso é bem claramente ilustrado pelo esforço que tem sido feito desde a redemocratização para que a Faculdade de Filosofia se adapte ao contexto universitário de uma organiza-

ção voltada para o mercado. A reciprocidade desse esforço, que é desenvolvido tanto a partir de pressões externas quanto internas, contribui para mostrar que se trata de um processo irreversível, dada a orientação histórico-política de desinstitucionalização da universidade.

“Se a racionalidade moderna se constitui através de uma chamada à *universalidade*, base fundacional da universidade moderna, a persistência de espaços não mercantilizados, não reificados, representava a alavanca possível de todas as críticas, modernamente formuladas, dessa mesma racionalidade [...]. Num momento em que a mercantilização chega a um estágio verdadeiramente universal, o próprio fundamento dessa universalidade se torna impensável, pela ausência de um exterior de onde seu projeto possa ser vislumbrado” (14).

Em outras palavras, o mercado tornou-se princípio constitutivo e o seu alcance é tal que ultrapassa em muito a dimensão das operações mercantis, impondo-se como paradigma formal de todas as relações sociais e mesmo humanas. Ao incorporar o modelo, a universidade dissolve a sua própria universalidade, que não é um princípio abstrato, mas a tarefa continuamente concreta de pensar a totalidade. É nesse sentido que se pode falar do triunfo da reificação sobre a reflexão – vitória tanto mais perversa quanto a absorção do paradigma vem travestida de uma nova configuração acadêmica, mais “moderna” e mais adequada à dinâmica da “sociedade atual”. A dissolução da universalidade como princípio constitutivo da universidade provoca a situação, aparentemente paradoxal, de um vazio inteiramente preenchido e que portanto não é sentido como tal, o que se explica pelo fato de que a dissolução da universidade é vista como sua transformação. Mas como não se trata de um processo autônomo, não se pode pensar numa redefinição institucional interna; é antes uma reconfiguração heterônoma, guiada por fatores extrínsecos, que se resume numa desfiguração, processo terminal em que a

13 Idelber Avelar, *Alegorias da Derrota: a Ficção Pós-ditatorial e o Trabalho do Luto na América Latina*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003, p. 95.

14 Idem, *ibidem*, p. 96.

universidade vai parodiando a si mesma enquanto fortalece os mecanismos de esquecimento do seu passado, de cumplicidade com a facticidade do presente e de compromisso cego com o futuro. Como tudo se passa em nome da profissionalização e da eficácia, com ênfase nos *resultados*, perde qualquer sentido a crítica dos *fundamentos*. Essa é uma consequência não apenas do triunfo do modelo mercadológico-produtivista, mas sobretudo da valorização da própria noção de *modelo* como princípio de organização e gestão: a adequação a um modelo ocorre simplesmente a partir da funcionalidade dos elementos, vista a partir de critérios de eficiência organizacional, sem qualquer preocupação com sentido ou fundamento, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista conceitual. Não é preciso insistir no esvaziamento político-institucional implicado nessa trajetória.

Mas talvez seja conveniente mencionar algo acerca do esvaziamento *intelectual*. Resumidamente apontaríamos para a convergência entre o compromisso intelectual, o compromisso universitário e o compromisso crítico: se essa tríade nunca se realizou harmoniosamente, ao menos se pode dizer que houve um tempo em que permanecia como um horizonte regulador ao qual os universitários – professores e alunos – remetiam seus projetos. Com a vitória da tecnocracia e da tecnociência, já não há mais lugar sequer para a tensão entre essas formas de compromisso, porque nenhum deles pode apresentar hoje densidade suficiente para respaldar uma conduta. “Durante décadas, os *experts* coexistiram com os intelectuais antigos: uns desconfiavam com razão dos outros. Hoje a batalha parece ganha pelos *experts*: nunca se apresentam como portadores de valores gerais que transcendam a esfera de sua *expertise* e, em consequência, tampouco se encarregam dos resultados políticos e sociais dos atos fundados nela” (15). Não é necessário o domínio total e explícito da tecnoburocracia e da tecnociência para que a universidade seja definida pela hegemonia dos *experts*: trata-se de um modelo de conduta, que cada

vez mais aparece, não apenas como o mais adequado, mas também como o único possível: aceitação acrítica de diretrizes superiores, adequação a expectativas geradas pelo privilégio dos indicadores formais, ausência de reflexão política nos planos e nas avaliações, concentração de esforços na eficiência funcional, redução ou, se possível, eliminação das oportunidades de debate institucional, desagregação dos fóruns de reflexão coletiva e desencorajamento das iniciativas de reflexão crítica individual, permuta de apoios por benefícios, são algumas das características já bem implantadas na universidade e que nos permitem afirmar o processo de metamorfose da instituição em organização técnica de treinamento para o mercado globalizado (16).

Ao tomar a direção da unidimensionalidade a universidade não faz mais do que acompanhar a história e a sociedade, principalmente na América Latina em que os governos ditatoriais encarregaram-se de preparar a transição para a hegemonia do mercado, trabalho consolidado pelos liberais e pela “esquerda” convertida ao credo economicista. Ora, a unidimensionalidade oculta completamente as contradições porque não admite qualquer tensão no indivíduo e na organização social. A linearidade e a homogeneidade, implantadas por vários meios que vão desde o terror até o império da mídia, fizeram com que a universidade enquanto organismo crítico perdesse o lugar social, que aliás nunca lhe tinha sido outorgado de boa vontade, mas que ela assumia como seu papel histórico. As crises por que passou a universidade sempre foram ocasionadas pelo acirramento de contradições latentes: se a instituição se debilitava no embate de suas diferenças, ela por outro lado se fortalecia ao fazer disso mesmo a sua diferença. Assim se pode dizer que, se a universidade não sucumbiu às suas próprias contradições, é quase certo que ela morrerá vitimada pela sua pacificação, visto que esta é atualmente a grande violência que sofre, mas à qual não pode resistir porque ela mesma incorporou essa violência ao subordinar o pensamento à tecnificação e ao consenso pragmático.

15 Beatriz Sarlo, *Escenas de la Vida Postmoderna*, apud Idelber Avelar, op. cit., p. 102.

16 Deixamos de lado aqui um fator de extrema importância e que mereceria um desenvolvimento à parte: a organização cada vez mais empresarial e administrada da pesquisa, que vai fazendo desmoronar o que até há pouco tempo era o último reduto do espírito universitário.